

Ass
CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

21 NOV 1985

Partidos armam manobras para obstruir a votação da emenda

por Walter Marques
de Brasília

Por motivos diferentes, o PT, o PDT, setores do PMDB, do PFL e do PDS armaram ontem na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados uma manobra de obstrução da votação do projeto que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

O PT e o PDT não querem o Congresso Constituinte proposto pelo presidente José Sarney e mantido pelo substitutivo do deputado Walmor Giavarina. Tentam assim impedir a sua aprovação para poderem lançar uma campanha de mobilização popular em torno das eleições diretas para presidente em 1986. Há parlamentares

com posições idênticas no PMDB, onde também existem aqueles que se inclinam para a idéia de não convocar a Constituinte e deixar que o próprio Congresso Nacional, eleito em 1986, faça uma ampla reforma da Constituição. No PFL e no PDS, também não faltam adeptos — sempre muito discretos — dessa última posição.

Por este motivo, o recurso do deputado João Gilberto à Comissão de Constituição e Justiça sobre a necessidade do quórum de dois terços para aprovação ou rejeição de um trecho do artigo 1º do substitutivo Walmor Giavarina — destacado no primeiro turno em outubro — provocou, ontem, na comissão, um debate que se prolongou, sem chegar a uma decisão,

por mais de duas horas. Para todos os membros da comissão, estava claro que esta questão formal encontra uma resposta cristalina no regimento interno do Congresso, como observaram os deputados Luis Henrique, vice-líder do PMDB, e João Gilberto.

Outro obstáculo no caminho da convocação da Assembleia Nacional Constituinte é o Senado Federal. Os senadores não querem que seja suprimido do substitutivo a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", que motivou o destaque no primeiro turno da votação do projeto e se refere ao funcionamento da Câmara e do Senado durante o período em que a Constituinte estiver reunida. Se retira a expressão, a Câmara e

o Senado deixariam de funcionar temporariamente e os senadores seriam diluídos entre os deputados numa Câmara única. Nessas condições não existiria a mesa diretora do Senado e os deputados fariam o presidente da Constituinte.

Hoje, às 9 horas, o Congresso Nacional reúne-se para votar em segundo turno a convocação da Constituinte. Tanto a supressão quanto a permanência do trecho em destaque no texto da Constituição dependem da manifestação de dois terços da Câmara e do Senado. O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não vê problema em retirar a expressão do texto. Predomina, no entanto, no Congresso, a tendência de garantir a convocação da Constituinte.